



INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
Rodovia Murucutum, s/nº, Entrada da CEASA - Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66610-903  
- <http://www.incra.gov.br>

## CONVÊNIO Nº 18/2023

Processo nº 54000.056639/2023-73

Unidade Gestora: SR(PA/NE)

CONVÊNIO QUE FIRMAM ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGRE, VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA EM ÁREA DOS PROJETOS AGROEXTRATIVISTAS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BAGRE, NO ESTADO DO PARÁ.

**O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA**, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº. 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei nº. 7.231, de 23 de outubro de 1984, CGC nº. 00.375.972/0001-60, situado no Setor Bancário Norte, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 18º andar, Brasília – DF, doravante denominado simplesmente INCRA, neste ato representado neste ato pelo seu Superintendente Regional, **MANOEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº. 3991983, CPF nº. 516.854.002-30, residente à Travessa do Cruzeiro, nº 472, Apto 84, Torre 2 Fit Icoaraci, CEP: 66.810-010, Icoaraci, no município de Belém, Estado do Pará, nomeado pela Portaria MDA nº. 102, de 23/03/2023, publicado no Diário Oficial da União de 24 de Março de 2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V, artigo 112º do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA nº 2.541, de 28 de Dezembro de 2022 - Publicada no D.O.U nº 246, Seção 1, Página 35, de 30 de Dezembro de 2022 e considerando o que estabelece a Lei 8.629 de 1993, regulamentada pelo Decreto 9.311 de 15 de março de 2018 e alterações no Decreto 10.166 de 10 de dezembro de 2019, doravante denominado CONCEDENTE; e de outro lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGRE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.876.538/0001-15, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, s/n, Bagre/PA - CEP: 68.475-000, neste ato representada por seu prefeito municipal **CLEBERSON FARIAS LOBATO RODRIGUES**, brasileiro, portador do RG nº. 2911881 SSP/PA e CPF nº. 637.224.962-68, residente à Travessa Farias de Mendonça, s/n, CEP: 68.475-000, no município de Bagre, Estado do Pará, doravante denominado CONVENIENTE, resolve celebrar o presente CONVÊNIO, em conformidade com o Processo INCRA/PA/ nº 54000.056639/2023-73 e Convênio SICONV Nº. 944810/2023, sujeitando-se, no que couber à legislação vigente, especialmente: aos decretos 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e 4.228, de 13 de maio de 2002; às leis 8.666, de 21 de junho de 1993, lei 101 de 04 de maio de 2000 e lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; à Portaria MDA 140 de 21 de junho de 2001; à Norma Execução Incra nº 117/2017, de 13 de setembro de 2017, Instrução Normativa nº 102, de 7 de dezembro de 2020, Instrução Normativa nº 103, de 28 de dezembro de 2020 e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de Agosto de 2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Construção de estivas em madeira de lei com estacas cravadas e tabuleiro em madeira de lei em Projetos Agroextrativistas localizados no município de Bagre, no Estado do Pará, em áreas vinculadas ao Programa de Reforma Agrária, com repasse oriundo da Emenda 71150006, de autoria da Bancada do Estado do Pará, para o atendimento de 130 famílias no PAE Ilha Cararuá-Grande, localizado no Município de Bagre, no Estado do Pará, em área vinculada ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O presente Termo é celebrado sob CONDIÇÃO SUSPENSIVA, nos termos dos artigos 121 e 125 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), de modo que qualquer transferência de valores do CONCEDENTE para o CONVENENTE fica condicionada à prévia apresentação, por parte do CONVENENTE, da documentação comprobatória da licença ambiental competente.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Para consecução dos objetivos previstos neste instrumento, os partícipes se comprometem a cumprir as seguintes obrigações:

### **1. Compete ao CONCEDENTE:**

- a) prestar ao CONVENENTE orientações técnicas e informações que detenha por força do exercício de sua atribuição e competência regimental nos assuntos relativos às atividades previstas no Convênio, ouvindo-se os técnicos lotados na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de assentamento – SR(PA/NE);
- b) acompanhar e fiscalizar os trabalhos conveniados, por meio de técnicos devidamente habilitados, verificando a exata aplicação dos recursos do convênio e avaliando os resultados em conjunto com a (s) associação (s) existente(s) no(s) Projeto(s) de Assentamento;
- c) disponibilizar ao CONVENENTE a relação da(s) entidade(s) associativa (s) do(s) Projeto(s) de Assentamento e as plantas dos parcelamentos;
- d) prover ao CONVENENTE, nas épocas próprias, dos recursos financeiros, nos termos do Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho e nas cláusulas quinta e sexta deste Convênio;
- e) fornecer ao CONVENENTE as normas e instruções necessárias para a prestação de contas dos recursos financeiros transferidos, bem como dos relatórios das atividades desenvolvidas;
- f) analisar as prestações de contas e os Relatórios de Execução Físico-Financeiro apresentado pelo CONVENENTE, aprovando-os quando os mesmos não contrariarem a legislação pertinente;
- g) emitir parecer sobre os serviços de infraestrutura executados apresentados pelo CONVENENTE nos Relatórios de Atividades, objeto do presente Convênio;
- h) analisar previamente as propostas de reformulação do Plano de Trabalho, apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativas, desde que não impliquem em mudança do objeto e obedeçam ao prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do término da data de vigência do convênio;

### **2 - Compete ao CONVENENTE:**

- a) realizar as atividades previstas na Cláusula Primeira, obedecendo rigorosamente às metas, etapas, cronograma e estratégias de ação constantes no Plano de Trabalho, apresentado e aprovado pelo CONCEDENTE;
- b) apresentar a licença ambiental da obra antes do recebimento de qualquer transferência de valores e da execução direta ou indireta do objeto do convênio;
- c) responsabilizar-se por todo o pessoal envolvido na execução dos serviços citados na Cláusula Primeira, garantindo os recursos humanos indispensáveis à realização das atividades previstas neste Convênio, que em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o CONCEDENTE, assim como, responsabilizar-se-á por todos os encargos decorrentes da execução do objeto pactuado, inclusive trabalhistas,



previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, não gerando para o CONCEDENTE obrigações e outros encargos de quaisquer naturezas;

d) encaminhar ao CONCEDENTE, Relatórios Técnicos bimestrais da execução física, com anexo fotográfico das atividades executadas para análise e parecer;

e) levar imediatamente ao conhecimento do CONCEDENTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra na execução do objeto deste Convênio;

f) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no convênio, observando prazos e custos, designando profissional habilitado no local da intervenção com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica- ART, conforme recomenda o artigo 12 inciso XIV da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de Agosto de 2023.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente convênio é de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da publicação do extrato do Termo no Diário Oficial da União - DOU, incluído o prazo para a execução das obras.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA PRORROGAÇÃO “DE OFÍCIO”**

Obriga-se o CONCEDENTE a prorrogar “de ofício” a vigência do presente convênio em caso de atraso na liberação dos recursos pelo exato período do atraso ocorrido; **salvo nas hipóteses em que o atraso seja motivado por inércia do CONVENENTE em suas obrigações pertinentes.**

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

A execução das ações previstas no presente instrumento totaliza o valor de **R\$ 2.005.757,73** (dois milhões cinco mil setecentos e cinquenta e sete reais setenta e três centavos), cabendo ao INCRA um repasse no valor de **R\$ 1.994.274,00** (hum milhão novecentos e noventa e quatro mil duzentos e setenta e quatro reais) e à Prefeitura Municipal com uma contrapartida financeira no valor de **R\$ 11.483,73** (onze mil quatrocentos e oitenta e três reais setenta e três centavos); correspondente à contrapartida financeira do CONVENENTE.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os recursos orçamentários e financeiros provenientes do INCRA constam da Programação Orçamentária para 2023 e estão disponibilizados da seguinte forma: Programa de Trabalho 216312066211A0015, Recursos de Recursos de Emenda Parlamentar nº 71150006, **Elemento de Despesa 444041-25** Transferências a municípios - obras e instalações, Fonte 0100000000, na quantia de **R\$ 1.994.274,00** (hum milhão novecentos e noventa e quatro mil duzentos e setenta e quatro reais).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As despesas previstas para o presente convênio acham-se empenhadas, conforme Nota de Empenho 2023NE000182, datada de 01/09/2023.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os recursos financeiros referentes ao presente Convênio serão movimentados pelo CONVENENTE, em conta individualizada, no BANCO DO BRASIL, Agência 0558-4, conta-corrente \_\_\_\_\_, na Praça de Bagre/PA.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos financeiros oriundos do INCRA serão liberados ao CONVENENTE de conformidade com o Cronograma de Desembolso integrante do Plano de Trabalho, em 03 (três) parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 398.854,80 (trezentos e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e quatro reais oitenta centavos), liberada após a publicação do extrato do Termo de Convênio no Diário Oficial da União e emissão do licenciamento ambiental, assim como a aprovação do Projeto Básico de Engenharia através de Ordem de Serviço específica, somada à conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE. A segunda parcela no valor R\$ 797.709,60 (setecentos e noventa e sete mil setecentos e nove reais sessenta centavos), tendo sua liberação condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) da primeira parcela, com a devida prestação de contas. A terceira parcela no valor de R\$ 797.709,60 (setecentos e noventa e sete mil setecentos e nove reais sessenta centavos), com liberação condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) da segunda parcela, com a devida prestação de contas, de acordo com o disposto no artigo 68, § 4º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de Agosto de 2023.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

O CONCEDENTE não se responsabilizará pelo pagamento de qualquer despesa que venha a ser efetuada sem previsão neste instrumento.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

Os recursos deste Convênio não poderão ser utilizados na aquisição de equipamentos e materiais permanentes (Despesas de Capital), por integrarem a Categoria Econômica "despesas correntes" na Lei Orçamentária do exercício.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO:**

Fica proibida a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, obrigando-se o CONVENENTE a restituir referidos recursos acrescidos de juros e correção monetária, de acordo com os índices legais vigentes.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RETENÇÃO DAS PARCELAS**

As parcelas do convênio não serão liberadas pelo CONCEDENTE, ficando retidas até que o saneamento de impropriedades configuradas nos seguintes casos:

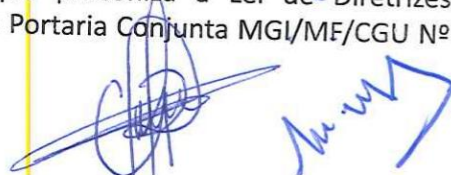
a) quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, mediante os procedimentos de fiscalização realizados periodicamente pelo CONCEDENTE;

b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou, o inadimplemento do CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

c) quando o CONVENENTE deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pelo CONCEDENTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS DA CONTRAPARTIDA**

O valor dos recursos financeiros referentes à contrapartida do CONVENENTE, na quantia R\$ 11.483,73 (onze mil quatrocentos e oitenta e três reais setenta e três centavos), correspondente à contrapartida do CONVENENTE, será disponibilizado conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, obedecendo ao que preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2022, em consonância com o Artigo 32, § 1º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº



33, de 30 de Agosto de 2023, além de legislação afim, sendo caracterizada pela utilização com recursos necessários a execução das atividades de infraestrutura a ser realizada no Projeto de Assentamento de que trata o presente Convênio.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O CONVENENTE recolherá à conta do INCRA, o valor corrigido da contrapartida pactuada, caso deixe de comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do Convênio.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Os recursos financeiros referentes à contrapartida do Convênio serão movimentados pelo CONVENENTE, em conta individualizada, no BANCO DO BRASIL, Agência 0558-4, conta-corrente \_\_\_\_\_, na Praça de Bagre/PA.

#### **CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO PARCIAL E FINAL**

O CONVENENTE apresentará à CONCEDENTE, relatórios parciais mensais da execução físico-financeira e fará a prestação de contas final no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término do prazo de vigência do Convênio, acompanhada do Relatório Final de Cumprimento do objeto.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os relatórios parciais e finais conterão informações referentes à execução físico-financeira e dos elementos descritos no Artigo 92 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023, observando a legislação federal pertinente aos prazos estipulados neste instrumento, na forma e condições determinadas em normas e instruções vigentes emanadas do INCRA, da Secretaria do Tesouro Nacional, e do Tribunal de Contas da União (TCU);

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**

A autoridade competente do CONCEDENTE terá o prazo de 180 dias, contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas do instrumento, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes. O prazo de análise previsto poderá ser prorrogado no máximo por igual período, desde que devidamente justificado, conforme previsto no Artigo 94 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO**

Este convênio poderá ser denunciado ou rescindido, a qualquer tempo, por iniciativa das partes, ficando estes responsáveis somente pelas obrigações contraídas ao tempo em que participaram voluntariamente da avença e auferindo, ainda, as vantagens concernentes ao mesmo período, conforme o estabelecido pelo Art. 57 do Decreto n.º 93.872/86.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO:**

Em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do objeto do Convênio, CONVENENTE, remeterá, imediatamente, à CONCEDENTE a prestação de contas, assim como restituirá, juntamente, possíveis saldos existentes atualizados monetariamente.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO:**



A falta de apresentação pelo CONVENENTE da competente licença ambiental para execução da obra objeto do presente convênio no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da celebração do Termo, implica na rescisão de pleno direito da avença celebrada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO DO SALDO DO CONVENENTE**

Na data da conclusão das atividades pactuadas ou extinção do convênio, compromete-se a restituir à CONCEDENTE eventual saldo de recursos atualizados monetariamente conforme a legislação específica, inclusive os rendimentos da aplicação financeira.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os saldos do convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, na forma do que prescreve o Parágrafo 4º do Artigo 116, da Lei 8.666/93.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar no demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao INCRA no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, em conformidade com o Parágrafo 6º, do Artigo 116, da lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DO VALOR TRANSFERIDO**

O CONVENENTE restituirá à CONCEDENTE todo o valor transferido atualizado monetariamente, desde a data de recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicada aos débitos com a Fazenda Nacional nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto da Cláusula Primeira;
- b) quando não for apresentado, no prazo exigido, a prestação de contas final; e.
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECOLHIMENTO DOS RENDIMENTOS**

O CONVENENTE recolherá à conta da CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha aplicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em toda e qualquer ação promocional em função do presente Convênio, deverá ser obrigatoriamente destacada a participação do MAPA/INCRA, sendo vedada à utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**



Todo material de divulgação das ações do presente convênio deverá fazer alusão à participação do INCRA/Superintendência Regional do Pará.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS EXECUTORES**

Ficam designados como executores do presente Convênio os representantes legais das entidades convenientes que são signatários, como representante do CONVENIENTE **CLEBERSON FARIAS LOBATO RODRIGUES** e o Superintendente Regional INCRA, **MANOEL RAIMUNDO CARVALHO MORAES**, como representante do CONCEDENTE, de conformidade com a legislação própria e o que está sendo acordado neste Convênio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO GERENCIAMENTO**

A execução do instrumento será acompanhada por um representante do concedente ou mandatária, registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, sendo que no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do instrumento, o concedente ou a mandatária deverá designar formalmente os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento conforme está disposto no Artigo 81, § 1º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023. O concedente ou mandatário deverá registrar no SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto e fiscalização do instrumento, conforme disposto no Art. 5º desta Portaria. O Concedente deverá designar os servidores e/ou servidor através de uma Ordem de serviço.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO**

Este Convênio poderá ser modificado por meio de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não seja alterado o seu objeto, suas metas e dentro do prazo mínimo necessário e legalmente exigido para a sua efetivação.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO:**

Desde que devidamente justificado pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, a locação do eixo da estrada poderá passar por retificações durante o curso de execução dos trabalhos, devendo permanecer, no entanto, dentro da área a ser beneficiada sob a jurisdição do município e sob a administração da Unidade Avançada do INCRA local.

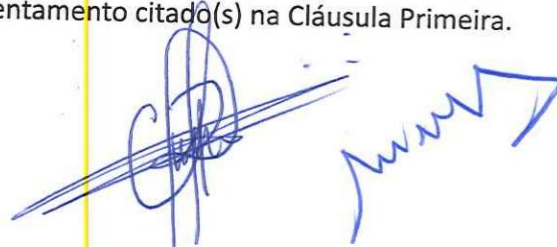
#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACESSO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

O CONVENIENTE dará livre acesso aos servidores do Sistema de Controle Interno do INCRA, Ministério da Fazenda-MF, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Tribunal de Contas da União a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PRERROGATIVA DO CONCEDENTE**

Compete ao CONCEDENTE à autoridade normativa, por meio dos seus órgãos responsáveis, o controle e a fiscalização da execução, bem como assumi-la ou transferir a responsabilidade sobre a mesma, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço destinados a infraestrutura para que a descontinuidade dos serviços não prejudique desenvolvimento econômico dos agricultores e produtores do(s) Projeto(s) de Assentamento citado(s) na Cláusula Primeira.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DIRETRIZES AMBIENTAIS**



O CONVENENTE observará fielmente na execução dos serviços de infraestrutura no(s) Projeto(s) de Assentamento previsto(s) na Cláusula Primeira, a legislação em vigor a nível federal e estadual, assegurando a efetiva proteção do meio ambiente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INSERÇÃO DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA.**

Para a execução do trabalho previsto na Cláusula Primeira, o CONVENENTE deverá manifestar sua adesão ao Programa Nacional de Ações Afirmativas, estabelecendo percentuais de participação de pessoas afrodescendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência física, comprovando o desenvolvimento de ações de cunho social/afirmativo, de resgate da cidadania e respeito à diversidade – raça e gênero em seus quadros funcionais, conforme dispõe o Artigo 2º, Inciso II e IV do Decreto Presidencial 4.228 de 13 de maio de 2002 e o Artigo 1º da Portaria MDA 25 de 21 de janeiro de 2002.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

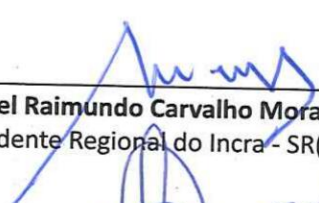
A eficácia do presente instrumento fica condicionada à sua publicação pelo CONCEDENTE, em extrato, no Diário Oficial da União, no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura, nos termos do Art. 40, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal na cidade de Belém (PA), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente convênio que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa. E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de iguais de teor e forma, perante as testemunhas que a este subscrevem, para que se produzam os legítimos efeitos jurídicos.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Minuta de Convênio é assinado eletronicamente pelas partes.

Belém, .....de .....2023

  
\_\_\_\_\_  
**Manoel Raimundo Carvalho Moraes**  
Superintendente Regional do Inbra - SR(PA/NE)

  
\_\_\_\_\_  
**CLEBERSON FARIAS LOBATO RODRIGUES**  
Prefeito Municipal de Bagre



Higo R. Araújo

Testemunha

813.423.302-34.

Manoel Raimundo Carvalho Moraes

Testemunha

510.058.832.20

Moraes



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Raimundo Carvalho Moraes, Superintendente**, em 30/11/2023, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18593275** e o código CRC **62476CEA**.

Higo R. Araújo

Testemunha

813.423 302-34

Manoel Raimundo Carvalho Moraes

Testemunha

510.058.832-20

Moraes



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Raimundo Carvalho Moraes, Superintendente**, em 30/11/2023, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.incra.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18593275** e o código CRC **62476CEA**.